



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS
LETRAS LÍ-NGUA PORTUGUESA

1 HISTÓRICO DA UFPA

O projeto pedagógico do curso de Letras do Campus Universitário de Bragança, constituído em conformidade com a Lei 9394/96 e subsequente legislação referente às licenciaturas, é reconhecido pela Resolução nº 3.593, de 10 de setembro de 2007, resultou de um longo processo de discussão e reformulação. Desde o momento inicial dessa discussão procurou-se elaborar um projeto que contribuísse para eliminar as falhas detectadas na formação dos alunos, de maneira a possibilitar que os egressos do curso tenham melhor embasamento para o desempenho de suas atividades profissionais, inserindo-se de maneira mais competente no processo de construção da cidadania e de uma sociedade mais justa.

Assim é que este projeto incorpora quatro aspectos novos em relação ao projeto anterior: uma prática efetiva com relação ao uso da língua materna e seu processo de ensino-aprendizagem, perspectiva interdisciplinar, flexibilização curricular e uma abertura efetiva para atividades de pesquisa e extensão de forma indissociável, já que, constitucionalmente, o ensino, a pesquisa e a extensão são funções precípuas da universidade.

A linguagem verbal, em suas variadas manifestações, enquanto elemento fundamental de organização da sociedade e das relações sociais constitui o fulcro do percurso acadêmico; paralelamente a isso, as diversas práticas semióticas serão trabalhadas, levando-se em consideração que o mundo atual é marcado pela influência dos meios de comunicação de massa, particularmente da televisão e da rede mundial de computadores.

Todo esse trabalho com as diversas linguagens, em busca da significação social de suas práticas, entretanto, só poderá ter resultados efetivos se estiver ancorado em uma sólida formação teórica. Para tanto, pretende-se estender o alcance deste projeto aos interesses manifestados pelas particularidades da chamada região bragantina, criando, assim, um curso de Letras que compreende a linguagem nas suas mais diversas manifestações.

O curso de Letras existe desde que foi implantada a Universidade Federal do Pará, em 1987,

em Bragança. Junto, à época, com História, Matemática e Pedagogia, o curso de Letras veio passando por modificações, sobretudo na sua forma de oferta e na sua matriz curricular. O campus de Bragança, também, passou por diversas mudanças que acabaram por torná-lo o que é hoje. Tivemos a implantação dos cursos de Engenharia de Pesca, Licenciatura em Biologia e, mais recentemente dos cursos de Licenciatura em História, Licenciatura em Matemática, Ciências Naturais e Licenciatura em Língua Inglesa. O Campus Universitário de Bragança possui, ainda, um programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (mestrado e doutorado), além do Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia, ligado à Faculdade de Letras.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O projeto pedagógico do curso de Letras do Campus Universitário de Bragança, constituído em conformidade com a Lei 9394/96 e subsequente legislação referente às licenciaturas, é reconhecido pela Resolução nº 3.593, de 10 de setembro de 2007, resultou de um longo processo de discussão e reformulação. Desde o momento inicial dessa discussão procurou-se elaborar um projeto que contribuísse para eliminar as falhas detectadas na formação dos alunos, de maneira a possibilitar que os egressos do curso tenham melhor embasamento para o desempenho de suas atividades profissionais, inserindo-se de maneira mais competente no processo de construção da cidadania e de uma sociedade mais justa. O presente projeto é o resultado dos esforços conjuntos dos atuais professores do quadro da Faculdade de Letras de Bragança, cada qual com sua parcela significativa de contribuição.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo

Vagas: 40

Turno: Matutino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Noturno

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.50 ano(s)

Forma de Oferta: Modular

Carga Horária Total: 3200 hora(s)

Título Conferido: Licenciado pleno em Letras

Período Letivo: Extensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

Ato de Criação: Decreto de Reconhecimento do curso pelo MEC nº 35.456 de 04/05/1954

Ato de Reconhecimento: PORTARIA Nº 286 - SERES/ MEC DE 21/12/2012 PUBLICADO NO D.O.U. 27/12/2012.

Ato de Renovação: Resolução do Projeto Pedagógico nº 3.593, de 10 de setembro de 2007/CONSEPE

Avaliação Externa: No período de 15 a 18/9/2013, avaliação in loco pelo MEC, recebendo nota ge (quatro)

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Os fundamentos norteadores do curso são baseados na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que instituiu as mais recentes Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial, em nível superior, (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Conforme o Artigo 13, parágrafo 2º, \\\"Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas\\\" (BRASIL, 2015, p. 11).

Assim, o curso de Letras Língua Portuguesa, para dar conta de uma formação baseada em tais princípios, está articulado em dois eixos ou núcleos: o de conhecimentos básicos e o de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.

A perspectiva interdisciplinar se faz presente na possibilidade de articulação de atividades curriculares e práticas curriculares do curso com atividades desenvolvidas por outros cursos e projetos em execução no campus. Assim é que o processo de ensino-aprendizagem da

língua materna é abordado desde o seu início, com o estudo do processo de aquisição da língua escrita, em que é possível um trabalho conjunto com disciplinas, atividades e grupos de trabalho do curso de Pedagogia em atuação no campus, nas áreas de educação de jovens e adultos e educação rural. Com esses grupos também deverá ser articulada a pesquisa sobre a língua portuguesa em uso na região bragantina, como base para o direcionamento das atividades docentes dos graduandos em consonância com a realidade linguística local. Nesse aspecto, a educação serve de base para o desempenho de atividades que levem em conta a Educação Ambiental, hoje concebida como condição básica para se avançar no amplo aspecto do papel do licenciado perante sua sobrevivência e propagação de saberes. É consensual que as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem propiciar a propagação de informações e cuidados com o meio ambiente, assim como práticas previstas nas atividades de ensino, especialmente na elaboração de planos de estágio.

Do mesmo modo, o currículo do curso leva em consideração que o mundo, hoje, é marcado pela aceleração tecnológica e pela influência dos meios de comunicação de massa. Esses fatores, que modificaram as maneiras de aprender e sentir, ao descentralizar as formas de transmissão e circulação do saber, constituem um decisivo âmbito de socialização através de mecanismos de identificação/projeção de estilos de vida, comportamentos, padrões de gosto e de conduta. Em função disso, o currículo proposto incorpora disciplinas e atividades que proporcionem aos alunos elementos que os ajudem a superar o descompasso entre a escola e o mundo contemporâneo, e a inserir-se nos processos de mudança presentes em nossa sociedade. A inserção de atividades curriculares como LIBRAS, Literatura e Cultura Africana de Expressão Portuguesa e Estágio Supervisionado III ? Língua portuguesa e suas literaturas em contextos de inclusão, entre outras, demonstram a preocupação do curso com a inclusão social.

As Atividades Curriculares e propostas visam, assim, a integrar diferentes competências e habilidades, tendo em vista a formação de um profissional melhor qualificado para o exercício da profissão e para a cidadania.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

O objetivo do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa é formar profissionais de nível superior, para exercerem a docência no Ensino Fundamental e Ensino Médio, em instituições públicas e privadas, em escolas técnicas, entre outras instituições de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Literatura, que sejam interculturalmente competentes, capazes

de lidar crítica e reflexivamente com as linguagens, especialmente a verbal, nas modalidades oral e escrita, além de serem conscientes de sua inserção na sociedade e das relações que estabelecem com os outros, bem como de desenvolverem um trabalho articulado com as especificidades contextuais e as necessidades da sociedade onde se inserem.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

O licenciado em Letras Língua Portuguesa deve ter conhecimentos teórico-práticos sólidos sobre a língua portuguesa, quanto a sua estrutura, seu funcionamento, sua variação sociocultural e suas literaturas, os quais o habilitem a exercer sua práxis de forma interdisciplinar, a refletir criticamente sobre temas e questões relativos ao seu exercício profissional, considerando sua relação com a realidade, nos aspectos históricos, sociais e culturais. Esse profissional deve, ainda, ter competências que o levem a perceber a instituição educativa como organização complexa voltada para a promoção da educação para e na cidadania, além das capacidades de dialogar com múltiplas áreas do conhecimento, de fazer uso de novas tecnologias em sua prática e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente.

Em vista disso, o licenciado em Letras Língua Portuguesa deverá:

- ? ser um profissional comprometido com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- ? desenvolver uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, e sua relação com o mundo contemporâneo e que ainda leve em consideração a existência de alunos com necessidades especiais, para os quais deverá desenvolver um tratamento didático específico e uma postura que favoreça sua inclusão no processo de ensino-aprendizagem;
- ? conhecer não só os conceitos específicos relacionados às etapas da educação básica, mas também aqueles relacionados a uma compreensão mais ampla de questões culturais, sociais, econômicas e da própria docência, levando em conta uma articulação interdisciplinar;
- ? utilizar estratégias diversificadas para formular propostas de intervenção pedagógica ajustadas ao nível e possibilidades dos alunos, aos objetivos das atividades propostas e às características dos conceitos próprios às diferentes etapas da educação básica;
- ? compreender a pesquisa como um processo que possibilita tanto a elaboração de conhecimento próprio, quanto o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- ? gerenciar o próprio desenvolvimento profissional tanto por meio de formação contínua, quanto pela utilização de diferentes fontes e veículos de informação;

? ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos atuais para o desempenho de suas atividades e desenvolvimento profissional.

4.4 COMPETÊNCIAS

O curso de Letras ? Língua Portuguesa deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

? domínio do uso da língua portuguesa, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de produção e compreensão de textos;

? reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;

? visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;

? exercício profissional atualizado, com a utilização de recursos tecnológicos aplicados à educação;

? percepção de diferentes contextos interculturais.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este projeto pedagógico de curso tem como finalidade precípua a oferta de formação profissional docente inicial fundada na busca de uma educação de qualidade, reafirmando, assim, a responsabilidade pública da instituição de ensino de que este curso faz parte, tendo como pressupostos básicos a melhoria e a democratização da gestão e do ensino. Para isso, este projeto fundamenta-se em uma concepção de integração e indissociabilidade entre teoria e prática, o que requer, como enfoque pedagógico, a ideia de que o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, bem como da formação do professor em questão, é dinâmico e complexo, afeito, pois, a mudanças contínuas. Essa visão pressupõe que os sujeitos em formação são seres sociais e históricos, agentes que se reconstróem e constroem a realidade que os circunda na interação com a sociedade em que vivem. Nessa perspectiva, é necessário destacar que a relação entre formadores e formandos ocorre de forma não linear, imprevisível, não cabendo apenas aos professores formadores a responsabilidade em construir os conhecimentos necessários à formação dos discentes. Os próprios licenciandos estabelecem outras múltiplas relações fora do contexto do curso e da universidade, o que promove diferentes cenários de aprendizagem, os quais devem ser levados em consideração

no percurso formativo deste profissional.

A partir destes pressupostos, os procedimentos metodológicos que nortearão o desenvolvimento das ações propostas neste projeto de curso procuram atender às orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2001) e no Caderno 7 da PROEG (2005). Esses procedimentos voltam-se para o desenvolvimento de competências que possibilitem a construção de uma identidade docente libertadora, pautada em saberes plurais, considerando a integração entre os conhecimentos oriundos da academia e aqueles da experiência do sujeito em formação. Para que possamos assegurar a construção dessa identidade profissional, é necessário que o diálogo seja um dos princípios basilares dos procedimentos metodológicos que norteiam a formação docente, em que o papel do professor formador não se limita ao de mero repassador/expositor de conhecimentos universitários, mas constitui-se como o papel de mediador da relação entre esses saberes, os sujeitos em formação e as experiências de ambos (alunos e professores). Essa relação triádica é essencial para a construção de um processo formativo democrático, em que os alunos possam dialogar com saberes de diversas ordens, visando a formação de um profissional reflexivo, rompendo, assim, com o paradigma da racionalidade técnica.

Alinhado com esse princípio basilar do diálogo, a pesquisa torna-se essencial na construção dessa identidade profissional e na produção de novos conhecimentos, capacitando o egresso a desenvolver uma percepção mais acurada da realidade do(s) campo(s) em que atuará e de seu papel, para que possa intervir nessa realidade por meio de ações integradoras e éticas. Assim sendo, compreendendo que teoria e prática são indissociáveis, por meio da pesquisa os formandos poderão promover ações extensionistas. Essas ações se materializam, no percurso formativo previsto neste projeto pedagógico, pela adoção do pluralismo de espaços e estratégias de ensino, com a realização de atividades dentro e fora das salas de aula da universidade e dos laboratórios do curso, prevendo também atividades para/com/em instituições de educação básica, ou mesmo para o público em geral. Além disso, é necessário pontuarmos que a aula expositiva, geralmente vista de forma negativa, devido a sua estreita vinculação a uma abordagem de ensino tradicional, é aqui redimensionada, assumindo uma feição problematizadora e dialógica, proporcionando noções menos fragmentadas do conhecimento e convergindo, assim, para uma construção mais ativa da formação docente.

É importante ressaltarmos que, em consonância com o Art. 89, parágrafo 3º do Regulamento da Graduação, a necessidade de envolver o aluno mais ativamente no seu processo formativo, assim, é imprescindível que o docente apresente e discuta com os discentes, no primeiro dia de aula, o programa da atividade curricular e apresente o respectivo plano de ensino. Plano esse que deverá ser elaborado e discutido com seus pares no período de

planejamento previsto no calendário acadêmico desta subunidade ou no início de cada período letivo, por meio de reuniões coletivas nas quais será impreterível a participação de todos, inclusive de representantes discentes. Ademais, este planejamento prévio não se configura inflexível, podendo ser negociado com os discentes envolvidos no processo, visando à promoção de um diálogo permanente. Outras ações nessa direção dizem respeito a realização de oficinas, minicursos, palestras e outras atividades envolvendo os alunos (seja como participantes, ouvintes ou ministrantes), no âmbito das atividades curriculares, dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes do curso, além da participação dos estudantes em programas institucionais e eventos dentro e fora da universidade.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

A estrutura do curso Letras Língua Portuguesa do Campus Universitário de Bragança está organizada, com base na Resolução nº 2, de julho de 2015, em três (03) núcleos: Núcleo de Conhecimentos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores.

O Núcleo de Conhecimentos Básicos tem como fundamento constituir-se, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2/2015, por "estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais" (BRASIL, 2015, p. 9), orientado, assim, por fundamentos e aplicação de princípios e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Língua Portuguesa e suas literaturas. Está subdividido em dois eixos: i) Língua Portuguesa, Cultura e Literaturas e ii) Estudos Linguísticos.

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, em conformidade com o referido documento, constitui-se por "estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos [...] em sintonia com os sistemas de ensino" (BRASIL, 2015, p. 10), contemplando, dessa forma, situações de aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de potencialidades e o enriquecimento teórico-prático do processo formativo. Este núcleo está subdividido em três eixos: i) Trabalho docente, princípios educacionais e diversidade, ii) Prática e investigação acadêmico-científica e iii) Formação de professor e organização da prática docente.

O Núcleo de Estudos Integradores caracteriza-se, também em conformidade com a legislação correlata, em atividades que visam ao enriquecimento curricular, assim sendo,

contempla a participação do licenciando em projetos de iniciação científica e projetos de extensão orientados pelo corpo docente da universidade; participação em eventos científicos e publicações de trabalhos; atividades práticas articuladas com as redes de ensino locais, entre outras atividades de interesse do graduando. Este núcleo compõe-se das Atividades Complementares, que incluem as disciplinas optativas e as atividades científico-culturais.

Cada núcleo é composto por eixos que se organizam em atividades curriculares, conforme mostra o quadro do desenho curricular do curso.

É importante destacar que a carga horária das atividades curriculares destinadas a dar conta dos fundamentos pedagógicos totaliza 705h (setecentas e cinco horas), o que atende à recomendação da Resolução CNE/CP nº 2/2015, a qual estabelece que esses fundamentos componham um mínimo de 1/5 da carga horária total do curso. O PPC prevê os fundamentos pedagógicos nos seguintes componentes curriculares: Educação e Alteridade, Educação e Trabalho Docente: fundamentos, Libras, Política e Gestão Educacional, Psicologia da Aprendizagem, Didática da Língua Portuguesa, Oficina de Avaliação do Ensino-aprendizagem da Língua Materna, Oficina de Ensino Aprendizagem de Língua Portuguesa e suas Literaturas I e II.

Assim sendo, para a integralização do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, o aluno deverá cumprir 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:

I - 1635 (Hum mil seiscentas e trinta e cinco) horas no Núcleo de Conhecimentos Básicos;

II - 1365 (Hum mil trezentas e sessenta e cinco) horas no Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, das quais 445 (quatrocentas e quarenta e cinco) horas compõem a Prática como componente Curricular, atendendo assim ao mínimo exigido em legislação correlata, e 420 (quatrocentas e vinte) horas compõem os Estágios Supervisionados;

III - 200 (Duzentas) horas no Núcleo de Estudos Integradores que compõem as Atividades Complementares, das quais 60 (sessenta) horas referentes a 1 (uma) disciplina optativa, somada a 140 (cento e quarenta) horas de atividades científico-culturais;

IV - 320 (Trezentas e vinte) horas de atividades de extensão, distribuídas ao longo do percurso acadêmico.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso deve obedecer ao que dispõe o Regulamento do Ensino de Graduação e a Regulamentação aprovada pelo Conselho da subunidade, devendo ser elaborado durante os dois últimos semestres do curso e desenvolvido no âmbito das

disciplinas Seminário de Elaboração de TCC (60h) e Trabalho de Conclusão do Curso (60h). No componente curricular Seminário de Elaboração de TCC, ofertado no penúltimo semestre do curso, o(a) discente será orientado(a) a produzir um pré-projeto de TCC, preparando-se, assim, para a tarefa de produção efetiva do trabalho, que ocorrerá durante a atividade curricular Trabalho de Conclusão do Curso, prevista para o último semestre. O TCC deve seguir o formato de Artigo Acadêmico, a ser produzido individualmente e constituir o resultado e/ou a reflexão teórico-crítica a partir de experiências vivenciadas pelo(a) graduando(a) em projetos desenvolvidos nos âmbitos dos programas PIBIC, PIBID, PIBEX ou em projetos de pesquisa, de ensino ou de extensão desenvolvidos por docentes vinculados ao Curso de Letras e devidamente aprovados pelos setores institucionais competentes, tendo o aluno participado de programa ou projeto como bolsista ou como voluntário, ou ainda em qualquer dos níveis de Estágio Supervisionado previstos na grade curricular do curso. As normas que regulam a produção do TCC serão discriminadas em regulamento próprio.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado, nesta nova proposta curricular do Curso de Letras, incluindo em sua estrutura atividades de observação e regência, terá um caráter eminentemente culminativo das atividades curriculares teórico-práticas (oficinas), implementadas no fluxograma durante toda a trajetória do Curso. Os campos de estágio serão ambientes formais de ensino fundamental e médio regular e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública municipal, estadual ou particular do município de Bragança, PA.

Em todos os níveis de estágio supervisionado, está prevista a dupla docência ou codocência, aqui compreendida como a realização de orientações aos estagiários por 02 (dois) professores orientadores simultaneamente, para atender a demanda de alunos por turma. O pressuposto é que os docentes formadores orientadores de estágio contribuam para a construção conjunta de conhecimentos e para a articulação entre teoria e prática por parte dos estudantes em formação.

O Estágio Curricular Supervisionado terá uma carga horária total de 420 horas, subdividido em 04 (quatro) etapas e implementado a partir do 5º semestre letivo do Curso, para as turmas ofertadas no turno matutino, e a partir do 6º semestre letivo, no caso das turmas ofertadas no turno noturno. Todos os 04 (quatro) níveis de estágio preveem, por parte dos(as) estudantes,

sua inserção no futuro campo de atuação profissional, o conhecimento dessa complexa realidade e a construção de uma atitude crítico-reflexiva sobre seu funcionamento, como vetores para sua formação. Para que isso possa se efetivar, são previstas ações básicas e fundamentais durante os estágios do Curso de Letras:

- Orientações por parte dos professores formadores, orientadores de estágio, em sala de aula;
- Atividades orientadas de observação participante no ambiente escolar e na sala de aula;
- Elaboração orientada de Plano de Estágio e de Relatório de Estágio (no 1º nível de estágio);
- Planejamento e implementação de Projetos de Intervenção Pedagógica, em colaboração e sob a supervisão do professor supervisor da escola campo de estágio (a partir do 2º nível de estágio);
- Produção textual acadêmica resultante da experiência docente (a partir do 2º nível de estágio), sua apresentação oral e avaliação das atividades desenvolvidas (professores orientadores e acadêmicos).

Vale ressaltar que essas ações serão acompanhadas constantemente pela figura dos professores formadores, orientadores dos estágios, para fornecer documentação pertinente às atividades, tirar possíveis dúvidas, assim como propiciar um clima de segurança aos estagiários. Os projetos de intervenção serão elaborados a partir da realidade educacional (necessidades de aprendizagem da língua portuguesa e da literatura verificadas durante observação em sala de aula), da prática pedagógica adotada pelos professores supervisores e considerando as peculiaridades e os interesses dos alunos, bem como as possibilidades da conjuntura escolar observada. Outro fator de suma relevância é que as atividades de Estágio previstas neste projeto não objetivam, única e exclusivamente, a formação para a prática profissional dos acadêmicos, mas (e principalmente) possibilitar uma relação entre universidade e comunidade escolar que gere diálogo constante entre conhecimentos acadêmicos e saberes/práticas docentes efetivadas nas escolas, visando à construção de estudos e pesquisas, bem como a realização de projetos que contribuam para a melhoria da educação local e regional. Entende-se que, a partir destas ações, a Universidade Pública cumprirá o seu verdadeiro papel social, que é garantir a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, com carga horária de 200h, têm o intuito de flexibilizar a

formação proposta pelo curso de Letras, por meio das seguintes estratégias: a escolha, pelo discente, de cursar, entre as disciplinas optativas, aquela de seu interesse, dentre as que estão previstas no currículo do curso: Língua Latina, Tópicos em Linguística, Tópicos em Literatura, Alfabetização e Letramento, Língua Inglesa Instrumental; realização de atividades científico-culturais variadas, conforme sua disponibilidade e seus interesses, como participação em eventos científicos (encontros, seminários, congressos etc.), oficinas, minicursos, monitoria(s), dentre outras atividades. Para efeito de detalhamento das atividades que podem ser desenvolvidas pelo licenciando e discriminação da respectiva contagem da carga horária, o quadro de atividades científico-culturais encontra-se em anexo a este PPC.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Com a finalidade de atendermos aos princípios que norteiam a prática docente durante a formação profissional inicial, de acordo com a Resolução CNE/CP 2, de 1º de julho de 2015, consolidando assim nossas ações formativas, elegemos as atividades descritas a seguir, cujo foco principal se volta para a prática vivenciada sobre/em/com/para as escolas, ou seja, envolve necessariamente os estudantes com reflexões e/ou ações que contribuem diretamente para a construção prática de sua formação docente, ao ser confrontado com vivências ligadas ao seu campo profissional.

Nas atividades curriculares listadas abaixo, os graduandos poderão vivenciar experiências voltadas ao seu futuro campo de trabalho (a escola), de forma a desenvolver saberes que articulem os conhecimentos acadêmicos e a práxis docente. São elas:

- Oficina de Compreensão e Produção de Textos Oraís (50h),
- Oficina de ensino e aprendizagem de língua portuguesa e suas literaturas I (45h),
- Oficina de didatização de gêneros textuais (50h),
- Oficina de ensino e aprendizagem de língua portuguesa e suas literaturas II (45h) e
- Oficina de avaliação do ensino e aprendizagem de língua materna (50h)
- Educação e Trabalho Docente: Fundamentos (15h)
- Educação e Alteridade (15h)
- Didática da Língua Portuguesa (10h)
- Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa (10h)
- Linguística Aplicada (10h)
- Literatura Brasileira I (10h)

- Literatura Brasileira II (10h)
- Literatura Brasileira III (10h)
- Literatura Brasileira IV (10h)
- Literatura Portuguesa I (10h)
- Literatura Portuguesa II (10h)
- Literatura Portuguesa III (10h)
- Literatura Portuguesa IV (10h)
- Morfologia da Língua Portuguesa (10h)
- Política e Gestão Educacional (15h)
- Semântica e Pragmática (10h)
- Sintaxe da Língua Portuguesa I (10h)
- Sintaxe da Língua Portuguesa II (10h)
- Sociolinguística (10h)

No total, as cargas horárias práticas previstas nessas atividades curriculares correspondem a 445 (quatrocentas e quarenta e cinco) horas. Assim, garantimos a carga horária de práticas como componente curricular conforme legislação correlata.

As atividades que compõem o currículo obrigatório serão realizadas já a partir do primeiro período, nas turmas extensivas diurnas, e a partir do segundo período, nas turmas noturnas. O professor responsável por cada componente curricular deverá orientar as atividades previstas e acompanhar seu desenvolvimento, o que poderá ocorrer em escolas do município de Bragança ou outro espaço educacional que permita esse trabalho.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

A política de pesquisa vem sendo implementada de acordo com o interesse científico dos docentes do curso, incentivando a implantação de projetos que contribuam para o desenvolvimento da região, incluindo aqueles que contemplem parcerias com outras instituições de ensino básico, sejam públicas ou privadas. O curso prevê que o aluno participe como bolsista ou voluntário de atividades de pesquisa através das seguintes estratégias:

- ? Incentivo à criação de projetos de pesquisa,
- ? Incentivo e valorização da produção científica do corpo docente através de publicações de diferentes modalidades,
- ? Incentivo ao envolvimento dos alunos em projetos de pesquisa, preferencialmente como

bolsistas de iniciação científica,

? Incentivo e apoio a participação de docentes e alunos em eventos científicos,

? Incentivo à formação de grupos de pesquisa.

As linhas de pesquisa são implementadas de acordo com o interesse científico dos docentes do curso, incentivando a implementação de projetos que contribuam para o desenvolvimento da região, incluindo aqueles que contemplem parcerias com outras instituições de ensino básico, sejam públicas ou privadas. Neste contexto, os estudos e pesquisas que se realizam no curso de Letras Língua Portuguesa transitam pelas seguintes áreas de conhecimento: no âmbito da grande área ?Linguística, Letras e Artes?, há projetos desenvolvidos tanto no campo da Linguística quanto de Letras, os quais atravessam, em cada área, algumas de suas subáreas.

Além disso, por entendermos que as ações formativas devem estar embasadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consideramos importante destacar que as atividades de pesquisa dialogam com as atividades de ensino, resultando, muitas vezes, seja de reflexões/problematizações que emergiram na interação entre formadores e formandos, em sala de aula, seja de atividades realizadas no âmbito dos estágios supervisionados, bem como, articulam-se intimamente a ou geram ações extensionistas, no âmbito de projetos coordenados pelos professores que compõem o corpo docente da Faculdade de Letras (FALE).

Assim, os alunos de Letras Língua Portuguesa têm participado de e atuado em vários e relevantes projetos de Pesquisa, como é o caso dos atuais projetos desenvolvidos por docentes que compõem a FALE:

? ?Formação inicial do professor de Português/Língua Materna: a construção dos saberes docentes e da identidade profissional no âmbito do estágio? ? coordenado pela professora Dr.^a Maria da Conceição Azevêdo;

? ?A voz no verso: pesquisa linguística aplicada sobre a presença do verso isossilábico na poesia brasileira contemporânea? ? coordenado pelo professor Dr. Antônio Heriberto Catalão Júnior;

? ?Línguas indígenas da Amazônia Oriental e o português: contato linguístico e tradução? ? coordenado pela professora Dr.^a Tabita Fernandes da Silva;

? ?Repercussões ocidentais entre a Literatura e a Historiografia: Guimarães Rosa e Eric Hobsbawn? ? coordenado pelo professor Dr. Everton Luís Farias Teixeira;

? ?Do chumbo desfeito em vozes (a)os testemunhos sobre a ditadura militar no Pará? ? coordenado pelo professor Me. Abílio Pacheco de Souza;

? ?O português afro-indígena na Amazônia Oriental? ? coordenado pelo professor Dr. Jair

Francisco Cecim da Silva.

Esses projetos são valiosos instrumentos, ao iniciar os estudantes do curso na pesquisa científica, além de contribuir para uma formação profissional mais sólida. Os projetos citados são cadastrados ou estão em processo de cadastramento no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), o que oportuniza os alunos a concorrerem a bolsas em programas como: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC).

Destacamos ainda a possibilidade de publicação de trabalhos resultantes seja do engajamento dos alunos do curso em pesquisas, seja dos resultados de sua atuação em atividades de ensino e/ou extensão, por meio da revista A Palavrada, periódico oficial da Faculdade de Letras de Bragança, a qual tem como finalidade a construção de um espaço virtual que fomenta o diálogo entre as ciências da área das Humanidades, evidenciando a produção de conhecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais. É intuito prioritário desse periódico eletrônico promover encontros e incentivar a ciência e a divulgação de saberes de docentes e discentes desta e de outras instituições de ensino superior. A revista está disponível no endereço eletrônico <<http://revistaapalavrada.blogspot.com.br/p/apresentaco.html>>.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

Este PPC está alinhado com a prerrogativa de dedicar um mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso às atividades de extensão (Regulamento da Graduação, Art. 63, p. 02). Neste sentido, um total de 320h (trezentas e vinte horas) foi distribuído nas atividades curriculares, com a finalidade de articular os conhecimentos e experiências advindos do ensino e da pesquisa de graduação e pós-graduação às comunidades escolar e social local, propiciando a ampliação da compreensão sobre fenômenos e fatos objetivos da realidade social na qual a instituição se insere, em função das demandas à que precisa e deve responder a fim de cumprir a contento as suas funções sociais (PDI, 2011-2015).

Além desta previsão de atividades de extensão em vários componentes curriculares do curso, durante a formação, os trabalhos e/ou resultados obtidos a partir das atividades de ensino e pesquisa também poderão se transformar em atividades de extensão na forma de oficinas, seminários, palestras e minicursos apresentados pelos alunos a estudantes e professores das redes oficiais de ensino da região bragantina e municípios circunvizinhos e/ou outros agentes sociais. É relevante destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido nos projetos de

extensão coordenados por docentes do curso de Letras e de outros cursos ofertados no campus de Bragança, nos quais os licenciandos participam ativamente como bolsistas ou voluntários, com ações voltadas tanto à melhoria do ensino nas escolas do município (cursos de preparação para PSS; leitura dramatizada de textos, exibição de filmes e sua discussão, oficinas de produção de textos etc.), quanto ao fomento da formação das técnicas e habilidades de pesquisa dos alunos.

Destacamos também a participação dos estudantes do curso de Letras Língua Portuguesa em eventos como: Jornada de Letras ? um evento regional bianual que em 2017 chegou a sua 8ª edição. Sobre a Jornada de Letras, destacamos as seguintes informações:

?O Campus Universitário de Bragança tem sediado o evento e traz como missão desde sua fundação em 1987, atender as necessidades da região bragantina no que diz respeito à situação precária em que se encontrava o sistema de ensino e à falta de formação dos docentes da região. Atualmente, nos orgulhamos de ter contribuído para o crescimento da educação da região e, principalmente, para o desenvolvimento intelectual da população?. (Disponível em: <https://jornadaletrasbraga.wixsite.com/ufpa/sobre>).

É importante destacar ainda o Encontro Bragantino dos Estudantes de Letras (EBEL), um evento de cunho acadêmico-extensionista, organizado por estudantes, o qual está em sua 5ª edição em 2018. Tanto este evento quanto a Jornada de Letras são destinados aos alunos da graduação, pós-graduação, docentes da educação básica, desta IFES e externos.

Além disso, por entendermos que as ações formativas devem estar embasadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consideramos importante destacar que as atividades extensionistas se articulam às ações desenvolvidas no âmbito de projetos coordenados pelos professores que compõem o corpo docente da FALE. Historicamente, os alunos de Letras Língua Portuguesa têm participado de e atuado em vários e relevantes projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, como é o caso dos atuais projetos desenvolvidos por docentes que compõem a FALE, citados nesse documento. Além dos projetos já referidos, destacamos o projeto de extensão aprovado neste ano de 2018 em edital do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX): ?Literartela: Literatura e Arte na Tela?, coordenado pela professora Me. Cláudia Valéria França Vidal. A docente em questão, embora componha o curso de Letras Língua Inglesa, vem atuando em conjunto com docentes e discentes do curso de Letras Língua Portuguesa, na atualização do projeto ?Audiovisual: o cinema como recurso didático?, em funcionamento há mais de 12 (doze) anos.

Esses projetos são valiosos instrumentos, ao contribuir para uma formação mais sólida,

ampla e interdisciplinar dos alunos do curso e também à oferta de serviços à comunidade local. As ações extensionistas são cadastradas ou estão em processo de cadastramento no Sistema de Gerenciamento das Ações Extensionistas (SISAE), o que oportuniza os alunos a concorrerem a bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Por ser um curso de licenciatura formador de professores para atuar no sistema de ensino básico, o curso de Letras Língua Portuguesa prevê a inclusão de alunos com deficiência, cujos direitos encontram-se garantidos por lei. Isso implica na instrumentalização docente, de um lado, e discente, do outro. Em outras palavras, implica a criação de estratégias tanto para receber e ensinar esses alunos ao longo da graduação quanto para preparar os futuros professores de Língua Portuguesa a lidar com as diferentes necessidades de seus próprios alunos. Pensa-se aqui em necessidades que vão desde os diferentes estilos de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade até alunos com deficiência ou dislexia.

Este PPC propõe ação prevista a respeito da inclusão da atividade curricular que conte com os conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Além disso, entendemos que cursos de extensão universitária, como simpósios, congressos ou fóruns também podem constituir espaço para a instrumentalização de docentes e graduandos em relação à inclusão das pessoas com necessidades especiais.

O curso de Letras Língua Portuguesa, seguindo o que foi determinado pelo Decreto n.º 5.626, publicado no Diário Oficial da União, em 23 de dezembro de 2005, incluiu inicialmente LIBRAS como disciplina curricular obrigatória. O novo projeto do curso reforça as políticas de inclusão ao inserir no seu desenho curricular as disciplinas ?Estágio Supervisionado III ? Língua portuguesa e suas literaturas em contextos de inclusão? e ?Literatura Africana de expressão portuguesa?, esta última atendendo à lei 11.645/2008 .

Vale acrescentar que o Campus de Bragança já vem reivindicando melhorias quanto à acessibilidade por meio do Projeto de Urbanização do Campus. Com vistas a implementar o atendimento às pessoas com deficiência este PPC prevê a aquisição de recursos específicos, tais como lupas, máquinas de Braille, entre outros.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Este projeto pedagógico prevê que o planejamento do trabalho docente aconteça antes do

início de cada período letivo, respeitando o que for estabelecido no calendário acadêmico da instituição. Esse momento do planejamento será constituído no formato de reunião, com a participação da Direção da Faculdade, dos docentes e dos representantes discentes das turmas e será embasado nos eixos estruturantes do currículo. A discussão incluirá exposição resumida e avaliação do período precedente, buscando detectar necessidades e possibilidades de melhoria do processo de ensino e aprendizagem, bem como apresentação, pelos professores, dos planos de ensino de cada atividade curricular, para apreciação pelos presentes e eventuais reformulações.

Durante o planejamento acadêmico, a fim de contribuir para o necessário processo de transposição didática dos conhecimentos universitários, propõe-se, como estratégias metodológicas, além da aula expositiva, aqui tomada em uma perspectiva dialógica: pesquisas bibliográficas, relatos de experiência, estudos de caso, seminários, palestras, análise e produção de textos orais, escritos e multimodais, elaboração de projetos de ensino, elaboração de artigos científicos, planejamento e aplicação de oficinas e minicursos. Ao final de cada período letivo, será organizada uma socialização das produções de professores e estudantes desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, apresentadas na forma de um seminário integrador do curso, com comunicações orais, palestras, oficinas, e outras atividades similares.

O percurso formativo previsto para a integralização do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa será desenvolvido, em sua totalidade, na modalidade presencial. O currículo de formação profissional aqui proposto busca estabelecer a relação entre a realidade dos contextos em que se desenvolve o trabalho docente e as disciplinas e atividades desenvolvidas no percurso formativo do curso. Nessa perspectiva, possibilitaremos a articulação entre conhecimentos teóricos e investigação/reflexão sobre objetos/fenômenos/questões pertinentes ao desenvolvimento profissional, cultural e pessoal dos discentes. Do ponto de vista metodológico, partimos da premissa de que a pesquisa configura-se como ferramenta potente para instaurar o diálogo e, assim, funciona como estratégia formativa, visando à construção da identidade docente, materializada em um profissional investigativo e reflexivo, capacitado, pois, para aliar os conhecimentos teóricos de sua formação universitária aos saberes/fazeres da experiência cotidiana, construídos nos espaços educativos escolares e não escolares. Dessa forma, pretendemos possibilitar ao licenciando as condições para que seja capaz de analisar, levantar hipóteses explicativas e propor soluções para diferentes situações educacionais vivenciadas.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.9 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

Em sentido amplo, este projeto pedagógico será avaliado levando-se em consideração como as atividades acadêmico-científicas teórico-práticas por ele previstas atuam na efetiva formação dos graduandos para um desempenho satisfatório de seu papel como futuro profissional da área e como cidadão crítico e consciente de sua importância na sociedade da qual faz parte.

Num sentido mais específico, este projeto pedagógico será avaliado sob três pontos de vista: o ponto de vista do discente, o ponto de vista do docente e o ponto de vista do próprio projeto pedagógico. A avaliação será feita com o apoio da plataforma online da PROEG e de avaliação dos resultados com representantes discentes, professores e técnicos em assuntos educacionais para avaliar o desenvolvimento do projeto, pelo menos uma vez a cada dois anos letivos. Os problemas detectados por intermédio desse procedimento avaliativo deverão ser sanados por meio de ações planejadas e contínuas.

7.10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo avaliativo, na conjuntura atual, no que tange ao ponto de vista do discente, não pode mais ser concebido como um fim em si mesmo, ou seja, mero instrumento de aferição dos conhecimentos adquiridos através de notas e/ou conceitos, mas sim como instrumento que visa fundamentalmente avaliar formativamente o aluno, levando em consideração as diversas modalidades avaliativas (diagnóstica, sumativa, formativa, etc) e as diversas funções (certificar, diagnosticar, formar, etc). Essa avaliação discente não pode prescindir de dois princípios avaliativos importantes na formação do aluno: a autoavaliação, já que, como dissemos anteriormente, o aluno é o alvo de todo o processo; assim como a participação do aluno nas múltiplas dimensões da vida acadêmica (atividades culturais, científicas, de pesquisa, extensão e ensino). (...) Parece-nos coerente que tais dimensões sejam incluídas não só porque a diversificação de experiências formativas constitui hoje exigências do mercado de trabalho, mas, sobretudo, porque tal diversificação prepara o sujeito para lidar com diferentes demandas da vida profissional? (CADERNOS DA PROEG, nº 7, p.57).

Assim, ao término de cada período letivo, será feita a avaliação qualitativa e quantitativa das atividades curriculares realizadas em cada disciplina, bem como o planejamento das atividades curriculares subsequentes previstas neste PPC, envolvendo todos os docentes. Isso implica dizer que o projeto apresenta uma organização flexível, podendo sofrer modificações

quanto à forma, conteúdo e aplicações, em suas várias dimensões, decorrentes do processo de avaliação.

7.11 AVALIAÇÃO DO ENSINO

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), em seu Artigo 9º, incisos VIII e IX, é responsabilidade do Governo Federal assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, bem como autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos dessas instituições e os estabelecimentos desses sistemas de ensino.

Nesse âmbito, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, tem por objetivo "assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do artigo 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996". Como parte do SINAES, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é o responsável pela avaliação do ensino superior no Brasil, por meio da realização de um conjunto de avaliações, que integram três modalidades principais de instrumentos avaliativos, aplicados em diferentes momentos:

- Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES): constitui o centro de referência e articulação do sistema de avaliação: (a) auto-avaliação e (b) avaliação externa;
- Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG): avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco feitas por comissões externas;
- Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE): realização de estudos amostrais junto a estudantes cursando o final do primeiro ano e o último ano do curso.

O conjunto de dados resultantes dessas avaliações constitui o "referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação" (Lei

10.861, art. 2º, paraº grafo uºnico).

Quanto aos processos de avaliação interna no âmbito das Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, o SINAES estabelece que cada instituição deve constituir uma Comissão Proªria de Avaliação (CPA), obedecendo às seguintes diretrizes: constituico por ato do dirigente maºximo da instituição de ensino superior, ou por previsaço no seu proªrio estatuto ou regimento, assegurada a participacão de todos os segmentos da comunidade universitaªria e da sociedade civil organizada, e vedada a composico que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; atuaco autoºnoma em relacão a conselhos e demais oªrgos colegiados existentes na instituição de educacão superior. A Comissão Proªria de Avaliação (CPA) da UFPA tem como propoºsito:

tornar a praªtica da avaliação institucional uma aco norteadora na tomada de decisões, gerando reflexão permanente das acções na

Universidade. Pretende-se, assim, fortalecer as relaces da Universidade com a comunidade interna e com a sociedade civil,

enfatizando que o propoºsito da auto-avaliação na UFPA tem caraªter globalizante ? porque envolve: institutos, faculdades,

nuºcleos e a comunidade que pode e deve utilizar os benefiªcios que a UFPA gera, a partir dos seus cursos e de todas as outras

atividades universitaªrias ? e interativo, vez que o processo e sua siªntese deveraº promover a integraco das leituras e das

atividades institucionais, entendidas como partes que se interagem (Texto disponível no endereço <http://www.cpa.ufpa.br/>).

No âmbito da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFPA, há a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DIDEN), formada pela Coordenadoria de Avaliação e Curriªculo (CAC), Coordenadoria de Acompanhamento das Atividades Docentes (CAAD), Coordenadoria de Apoio ao Discente (CADIS) e Coordenadoria de Educaco Baªsica e Profissional (CEBP). Essas subunidades atuam em todos os segmentos do ensino e trabalham conjuntamente visando ao

aperfeiçoamento das atividades de Ensino e Gestão Acadêmica. A DIDEN propõe, acompanha e avalia as políticas de ensino de graduação da UFPA em articulação com as Unidades de Subunidades acadêmicas, além de manter diálogo permanente com os Institutos, Faculdades e Campi, na busca do aperfeiçoamento das políticas de Ensino. Para operacionalizar essas ações, a PROEG utiliza os seguintes instrumentos: Avaliação dos Componentes Curriculares; Avaliação da Vivência Acadêmica ? aspectos gerais da Universidade; Avaliação dos Cursos, por Coordenadores de Graduação, Coordenadores de Pós-Graduação; Avaliação da Biblioteca; e Avaliação da Comunidade Externa.

Em fevereiro de 2018, a UFPA, com o intuito de melhorar o ensino, lançou o Avalia, um instrumento de avaliação por meio do qual docentes e discentes poderão opinar sobre o ensino ofertado pela Universidade. O sistema fica aberto por períodos determinados, permitindo que, ao realizar a matrícula ou lançar os conceitos, alunos e professores, respectivamente, preencham o questionário de avaliação da graduação, disponível no SIGAA. Segundo o atual pró-reitor de Ensino de Graduação, professor Edmar Costa, esse instrumento permite ao estudante fazer sua autoavaliação, avaliar a infraestrutura disponível ao curso para as aulas e a ação docente, em cada disciplina que cursou, permite também ao professor realizar sua autoavaliação, em relação a cada disciplina que ministrou, bem como avaliar a infraestrutura disponível e cada turma com a qual trabalhou no período letivo. Os resultados do processo avaliativo servem para identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis à aprendizagem, servindo como consolidação dos pontos fortes e também para a definição de estratégias de superação dos pontos fracos do ensino na Universidade. Posteriormente, os dados também devem ser analisados de forma qualitativa e quantitativa nos campi e institutos e compete às faculdades discuti-los de forma ampla com os sujeitos da avaliação, verificando soluções possíveis para os problemas apresentados.

7.12 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras Língua Portuguesa da UFPA, campus de Bragança, considerado como objeto de avaliação contínua e permanente, pode ser compreendido em duas dimensões. Em uma dimensão mais específica, este projeto pedagógico será avaliado a partir de três pontos de vista: do corpo

discente, do corpo docente e do próprio projeto pedagógico. O corpo discente será regularmente convidado a expressar sua opinião sobre o curso e sua estrutura curricular, a atuação dos docentes, a comunicação entre os alunos e a coordenação do curso, a estrutura física, a utilização dos espaços educativos (laboratórios, salas de aula, bibliotecas e demais ambientes) etc. A avaliação periódica será feita com o apoio da plataforma online da PROEG e com base nos resultados da avaliação realizada junto aos representantes discentes, professores e técnicos em assuntos educacionais, com o fim de analisar o desenvolvimento do projeto, pelo menos uma vez a cada dois anos letivos. Os eventuais problemas ou necessidades detectados por intermédio desses procedimentos avaliativos deverão ser sanados por meio de ações planejadas e contínuas das unidades e subunidades.

Já em uma dimensão mais ampla, a avaliação do projeto pedagógico ultrapassa a observação do desenvolvimento dos alunos. É necessário avaliar o desempenho dos docentes e o processo de ensino-aprendizagem, a fim de que seja possível obter uma noção mais consistente do percurso acadêmico, da eficácia da estrutura curricular pensada para a construção das competências e da identidade pretendidas pela proposta do curso, com vistas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem e da formação profissional docente ofertada.

Nessa perspectiva, ressaltamos a atuação do Núcleo Docente Estruturante, instituído pela Faculdade de Letras conforme a Resolução 4.908/2017, o qual terá, dentre outras atribuições, a função de avaliar o projeto pedagógico do curso. O Conselho da Faculdade de Letras compromete-se, assim, a promover uma avaliação parcial do projeto a cada 02 (dois) anos e, se necessária, uma reformulação após cinco anos.

8 INFRAESTRUTURA

8.13 DOCENTES

| Nome | Titulação máxima | Área de Concentração | Regime de Trabalho |
|------------------------------------|-------------------------|---|---------------------------|
| Abilio Pacheco de Souza | Mestre | Literatura Brasileira | Dedicação Exclusiva |
| Alessandra Fabrícia Conde da Silva | Mestre | Literatura Portuguesa | Dedicação Exclusiva |
| Antonio Heriberto Catalão Júnior | Doutor | Literatura e Linguística | Dedicação Exclusiva |
| Everton Luis Farias Teixeira | Doutor | Literatura Brasileira e Africana de Língua Portuguesa | Dedicação Exclusiva |
| Francisco Pereira Smith Júnior | Doutor | Literatura Brasileira | Dedicação Exclusiva |
| Jair Francisco Cecim da Silva | Doutor | Língua Portuguesa | Dedicação Exclusiva |
| Lorram Tyson dos Santos Araújo | Graduação | Linguística | 40 horas |
| Maria da Conceição Azevêdo | Doutor | Língua Portuguesa e Estágio | Dedicação Exclusiva |
| Maria Helena Rodrigues Chaves | Mestre | Língua Portuguesa e Estágio | Dedicação Exclusiva |
| Patrícia do Nascimento da Costa | Mestre | Linguística | 40 horas |
| Raimunda Benedita Cristina Caldas | Doutor | Língua Portuguesa | Dedicação Exclusiva |
| Rosa Helena Sousa de Oliveira | Mestre | Literatura Portuguesa | Dedicação Exclusiva |
| Sérgio Wellington Freire Chaves | Mestre | Ensino de Literatura | Dedicação Exclusiva |
| Tabita Fernandes da Silva | Doutor | Língua Portuguesa e Linguística | Dedicação Exclusiva |

8.14 TÉCNICOS

-Maria do Socorro Pinheiro de Souza

-Paulo Sérgio Oeiras da Silva

8.15 INSTALAÇÕES

| Descrição | Tipo de Instalação | Capacidade de Alunos | Utilização | Quantidade |
|--------------------------|---------------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Sala de aula | Sala | 40 | Aula | 2 |
| Direção e Secretaria | Secretaria | 5 | Administrativa | 1 |
| Sala de professor | Sala | 10 | Reunião | 2 |
| Laboratório de Linguagem | Laboratório | 30 | Aula | 1 |

8.16 RECURSOS MATERIAIS

| Instalação | Equipamento | Disponibilidade | Quantidade | Complemento |
|--------------------------|--------------------|------------------------|-------------------|---|
| Direção e Secretaria | mesa | Cedido | 1 | Mesas com computadores e cadeiras para funcionários e de atendimento |
| Laboratório de Linguagem | mesa | Cedido | 7 | Funcionamento de projetos. Posteriormente será a sala do Laboratório de Linguagem |
| Sala de aula | quadro magnético | Cedido | 1 | Mesa para o professor e 40 carteiras para os alunos |
| Sala de professor | mesa | Cedido | 4 | Sala com 4 mesas com microcomputador e impressora |

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Parecer CNE/CES nº. 329/2004.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Parecer CNE/CES nº. 67, 2003

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/CES 583/2001;

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CP nº. 1, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, 2002.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CP nº. 2, [uração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior], 2002

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CP nº. 2, Alteração do Art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, [que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena], 2004

BRASIL, Constituição da República federativa. 1988, Artigos 205 -214.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação para o Projeto Político Pedagógico;

BRASIL, Lei 9.795 - Política Nacional de Educação Ambiental, 1999

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação / LDB nº. 9.394, 1996. Capítulo VI - Art.43 a 67

BRASIL, MEC. Portaria MEC nº. 2253 [Disciplinas não-presenciais], 2001.

BRASIL, MEC. Portaria MEC nº. 3284 [Portadores de Necessidades Especiais], 2003.

BRASIL, MEC. Resolução CNE/CP nº1 [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana], 2004.

BRASIL, Plano Nacional de Educação /PNE, 2014.

BRASIL, Resolução Nº. 3.186, 2004.

BRASIL, Senado Federal, Projeto de Lei do nº. 473 (substitutivo), [Dispõe sobre o Estágio de estudantes] 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Diretrizes curriculares para os cursos de graduação da UFPA, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011-2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Regulamento do Ensino de Graduação, 2008/2013.